

UNIVERSO *TRANS* E EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO UMA ÁREA DE CONHECIMENTO

Neil **Franco** – UFMT/CUA

Graça Aparecida **Cicillini** – UFU

Resumo

A partir dos anos finais da década de 2010 surgiram demandas de pessoas *trans* junto ao contexto escolar que passaram a identificar a escola como um lugar de pertencimento apesar dos diversos obstáculos enfrentados por esse segmento social confinado ao universo da marginalidade. Propomos neste ensaio apresentar um estado da arte sobre estudos que se dedicam à relação universo *trans* e educação tendo como recorte o período de 2008 a 2014. Identificamos dezoito publicações divulgadas na forma de artigos disponíveis em páginas da internet, anais de eventos e revistas, capítulos de livros, dissertações e teses; que foram descritos e analisados sob uma abordagem qualitativa. A investigação elucidou a emergência desse campo investigativo nas mais variadas vertentes, abrangendo a dimensão discente e docente. Dentre algumas conclusões elaboradas, identificamos as regiões Centro-Oeste e Nordeste como campos menos explorados e a região Norte com uma inexistência dessa vertente investigativa. A carência de pesquisas sobre o universo da transexualidade masculina no contexto educacional foi outro aspecto elucidado.

Palavras-chaves: Travestis. Transexuais. Transgêneros. Educação.

UNIVERSO *TRANS* E EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO UMA ÁREA DE CONHECIMENTO

Henriques et al. observam que, considerando que a escola desde sua criação assumiu o papel social de disciplinamento e ajustamento dos corpos de acordo com as normas vigentes de cada sociedade em especial, as questões de gênero e sexualidades sempre foram preocupações e pauta presente no contexto educacional brasileiro, ancoradas nesses princípios de normalização. Esse quadro se modificou a partir do final da década de 1970 e na década 1980 quando o movimento feminista passou a requerer

novos olhares sobre as hierarquias de gênero e de sexualidades enfatizando essas discussões também nos espaços escolares. Esses efeitos no campo educacional brasileiro foram consolidados mais especificamente na década de 1990 com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 2000). Esse documento contemplou a orientação sexual como um tema transversal destacando-o como um de seus cadernos. No âmbito da legislação federal o enfoque nos conteúdos sobre “corpo: matriz da sexualidade”, “relações de gênero” e “prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS”, pouco avançou além dos limites previstos para o campo da saúde.

Não por acaso, é muito recente a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira a partir de uma perspectiva de valorização da igualdade de gênero e de promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual. Uma perspectiva que coloca sob suspeita as concepções curriculares hegemônicas e visa a transformar rotinas escolares, e a problematizar lógicas reprodutoras de desigualdades e opressão (HENRIQUES et al., 2007, p. 11).

Henriques et al. (2007) destacam o surgimento dessas preocupações no contexto escolar na segunda metade dos anos de 1980, principalmente pelo interesse de programas de pós-graduação na constituição de núcleos de estudos e pesquisas sobre gênero e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) cuja abrangência inicial se restringia ao segmento de lésbicas e *gays*. A partir da segunda metade dos anos 1990 e até os dias atuais, várias pesquisas sobre o universo da homossexualidade e o contexto escolar integraram o campo investigativo dos intitulados processos de inclusão. A partir dos anos finais da década de 2010 surgiram demandas de pessoas *trans*¹ junto ao contexto escolar que passaram a identificar a escola como um lugar de pertencimento apesar dos diversos obstáculos enfrentados por esse segmento social confinado ao universo da marginalidade.

Nessa perspectiva, propomos neste ensaio apresentar um estado da arte sobre estudos que se dedicam à relação universo *trans* e educação tendo como recorte o período de 2008 a 2014. Segundo Norma Ferreira (2010), as pesquisas que se propõem a realização de um “estado da arte” são definidas como de caráter bibliográfico e assumem o desafio de mapear e discutir produções acadêmicas em determinado campo do conhecimento

¹ Pessoas travestis, transexuais e/ou transgêneros são por nos identificadas como pertencentes ao “universo *trans*”, expressão descrita por Marcos Benedetti (2005, p. 17) com o intuito de possibilitar a ampliação do leque de definições no que tange às “transformações do gênero”, abrangendo as “personificações” de gênero polivalente, transformado e modificado.

com o intuito de responder que aspectos e dimensões, épocas e lugares, formas e condições, se constituem esses campos, podendo realizar essa construção através da análise de variadas fontes, tais como: dissertações, teses, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2010, p. 257).

Sendo nosso fenômeno analisado a relação universo *trans* e educação, em nossas buscas identificamos dezoito publicações entre 2008 e 2014 divulgadas em fontes variadas.

Quadro 01: universo <i>trans</i> e educação	
Tipo de publicação	Numero de publicação
Artigos (sites, anais, revistas, etc.)	05
Capítulo de livro	05
Dissertação	05
Tese	03
Total	18

Como descrito no quadro 01, das dezoito publicações encontradas, cinco são artigos publicados em páginas da internet, anais de eventos e revista disponíveis online; cinco referem-se a capítulos de livros; cinco, dissertações de mestrado; e três, teses de doutorado. Nas buscas também encontramos textos e artigos que se originaram das investigações de mestrado e doutorado aqui descritas, com isso, essas publicações não integraram nosso levantamento, uma vez que privilegiamos esses estudos em sua íntegra.

A partir do material elencado e inspirados/as numa abordagem qualitativa, identificamos as vertentes investigativas predominantes nessas publicações, assim como os aspectos metodológicos, campos teóricos e resultados mais representativos. Artigos e capítulos de livros são primeiramente apresentados e, em seguida, dissertações e teses.

Universo *trans* e Educação: textos, artigos e capítulos de livro.

De acordo com nossas investigações, Berenice Bento (2008) possivelmente realizou umas das primeiras investigações sobre universo *trans* e educação no contexto brasileiro. A autora problematizou sobre os critérios de normalidade e anormalidade instituídos pelas instituições sociais ao lidarem com as demandas de pessoas “que vivem o gênero para além da diferença sexual”. No que concerne à escola, esses critérios foram contextualizados pela análise dos relatos de pessoas transexuais relacionados a referenciais teóricos e às implicações descritas na quarta edição do Manual de Diagnóstico e Estatística de Doenças Mentais - DSMIV (APA, 2002). A partir dessas fontes de análise é possível confirmar, como descreve o subtítulo dessa parte da obra, que “na escola se aprende que a diferença faz a diferença”. No sentido mais amplo a autora conclui que “[...] há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais que extrapola os muros da escola, mas que encontrará neste espaço um terreno fértil de disseminação.” (BENTO, 2008, p. 131). Neste projeto social o artifício de exclusão social de pessoas *trans* acaba sendo anunciado e definido convenientemente como evasão escolar.

Maria Rita César (2009) se utiliza da teoria sobre a “engenharia de produção de corpos normais” de Bento (2008) para nortear as discussões sobre os obstáculos enfrentados na utilização do nome social por pessoas *trans* como um demarcador da recusa desses sujeitos pelas instituições escolares. Isso também confirma o artifício da exclusão invisibilizado pelo discurso da evasão escolar.

O reconhecimento do nome social representa a forma principal de produção da subjetividade na experiência contemporânea da transexualidade. Os artefatos escolares como as listas de chamada, os exames e mesmo uma simples abordagem em sala de aula fazem uso dos nomes e estes nomes estão demarcados no interior das regras normativas do sistema corpo-sexo-gênero (CÉSAR, 2009, p. 12).

De forma similar, essa discussão foi também reiterada por William Peres (2009) ao argumentar sobre as dificuldades da escola em lidar com as questões referentes às identidades de gênero e sexual, especialmente quando os sujeitos em foco são pessoas *trans*. Ou seja, isso acaba por resultar em “modelos sociais de exclusão” por meio de ações de violência e/ou, concomitantemente, descaso dessas ações por parte da instituição escolar. Neste sentido, o autor esclarece que: “Quanto mais enrijecidos e cristalizados forem os valores norteadores dos programas de ensino, quanto mais reguladoras forem as atividades formadoras, mais reificação de desigualdades, discriminação e exclusão social será estabelecida.” (PERES, 2009, p. 251).

As argumentações de Peres (2009) corroboram com os resultados da investigação de Ivan Junckes e Joseli Silva (2009, p. 164) ao concluírem que:

O resgate das experiências das travestis no espaço escolar evidencia que a escola tende a reproduzir o preconceito e a discriminação presentes na sociedade brasileira em relação às sexualidades consideradas fora das normas hegemônicas. Elas revelam outra versão do significado construído sobre o espaço escolar, tradicionalmente considerado um local protegido, onde são cultivadas as regras do respeito, da cidadania, da igualdade e do acesso universal ao conhecimento.

Ancorado teoricamente na “abordagem das pluralidades” como proposta da Nova Geografia Cultural e em estudiosos/as vinculados/as às teorias pós-críticas, o estudo teve como objetivo refletir sobre as experiências de inclusão/exclusão de travestis na escola. O material empírico foi construído a partir da realização de entrevistas a treze travestis da cidade de Ponta Grossa no ano de 2007. As políticas governamentais de combate à discriminação sexual e promoção de direitos humanos compõem também o campo analítico do estudo conduzindo à seguinte conclusão:

Acredita-se que os esforços políticos realizados pelo governo brasileiro, em conjunto com a sociedade civil, através da implementação de importantes projetos, apenas tangenciam transformações no cotidiano escolar. Há resistências a serem vencidas, desde a incorporação dos temas transversais (raça, etnia, gênero e sexualidade) nas disciplinas convencionais, na atualização da linguagem visual e escrita dos livros didáticos, até a formação de professores capazes de lidar com conflitos em torno da deflagração de atos discriminatórios contra pessoas que fogem da ordem heterossexual (JUNCKES; SILVA, 2009, p. 164).

As argumentações desses estudos foram explicitadas por Rogério Junqueira (2009a, 2009b, 2009c) que especificou em suas teorizações conceitos como “sinergia de vulnerabilidades” e “pedagogia do insulto” como norteadores das relações estabelecidas por pessoas LGBT no contexto escolar. Nesses textos o autor destaca a forma como esses processos de vulnerabilidade afetam de maneira mais significativa o segmento *trans* por se consistir de um grupo ainda menos mobilizado politicamente em certas demandas sociais (a escolar, mais especificamente) principalmente pelos contextos de humilhação, segregação, guetização e opressão pelas quais são expostas, o que lhes vetam o acesso a direitos universais do ser humano, como a educação. Ainda assim, a escola representa para esse autor o espaço no qual mudanças e novas possibilidades de reconstrução dos valores de humanidade, cidadania e democracia possam ser estabelecidas.

Neste processo, a formação inicial e continuada de docentes, gestores/as, etc., consiste em um dos caminhos que necessitam maiores investimentos para que o respeito às diferenças seja uma temática constantemente em pauta na escola. Junckes e Silva (2009) destacam essa perspectiva ancorados/as na necessidade de cumprimento das políticas públicas de inclusão.

Elizabeth Cruz (2011) propõe reflexões a partir de vivências do cotidiano. Ela problematiza identidades de gênero interpretadas como marginais e seus processos de significação no contexto escolar inspirada em reflexões elaboradas a partir de três momentos de sua atuação profissional: a experiência como professora de um módulo enfocando o cotidiano escolar em um curso de especialização em gestão educacional direcionado a gestores/as de escolas da rede estadual de São Paulo nos anos de 2005 e 2006; as inquietações despertadas pelo filme *Transamérica*; e eventos ocorridos na organização de um encontro de jovens que viviam com HIV.

A questão propulsora das reflexões é a polêmica de utilização do banheiro por pessoas travestis em que o foco estimula inquietantes indagações que se mesclam, como descrito pela autora, em um “caleidoscópio de pistas” em que emerge de forma representativa “a anormalidade produzida nos fios do fundacionalismo biológico, binarismo e heteronormatividade”. Esses incômodos são pensados, sobretudo, na dinâmica do cotidiano escolar ancorados na teoria foucaultiana e dos estudos de gênero - de origem feminista e pós-estruturalista.

No cotidiano, tematizamos seu banheiro [das travestis], mas não sua expulsão velada e os resultados deste processo em sua vida, seja em termo analfabetismo, dificuldades com a escolaridade ou ainda em relação ao que poderão dizer de si mesmas. Por que a o banheiro a ser utilizado por uma travesti pode gerar mais polêmica do que o fato de que as escolas podem estar contribuindo para a exclusão (explícita ou implícita) de travestis? (CRUZ, 2011, p. 13).

Mediante essa argumentação, a autora ressalta que a questão sobre qual banheiro a travesti deve utilizar na escola ou demais espaços públicos consiste apenas na ponta do *iceberg* que se torna aparente numa imensidão de processos de exclusão e vulnerabilidade vivenciados por pessoas *trans* em nossa sociedade.

Subsidiada pelo conceito de “pedagogia do insulto” (JUNQUEIRA, 2009b), Manuella Cavalcanti (2011) contextualiza histórias escolares de travestis da cidade de Maceió. Ressaltou que em razão das marcas da transgressão do gênero demarcadas em

seus corpos, as travestis agregam o segmento mais exposto a formas variadas de violência no contexto escolar.

Se homossexuais masculinos e/ou femininos, podem manter sua identidade sexual em segredo por medo do preconceito, discriminação, as travestis trazem no corpo, (e não só nele), a desconstrução e construção da identificação de gênero, sendo, então, expostas a todo e qualquer tipo de preconceito (CAVALCANTI, 2011, p. 9).

No entanto, como explica Cavalcanti (2011), contextos nos quais se instauravam indícios de uma “pedagogia do respeito” cujos efeitos nocivos da normalização do gênero afetavam de forma mais branda as relações escolares de algumas das travestis investigadas possibilitaram a conclusão dos estudos. Isso acabou por mobilizar esses sujeitos a almejarem outros espaços de atuação profissional diferentes do universo da prostituição.

Essa “desconstrução e construção da identificação de gênero” (CAVALCANTI, 2011, p. 9) elaborada pelas travestis na escola foi também o foco de inquietação de Sandro Santos e Fernanda Rodrigues (2014). A partir de cenas escolares vivenciadas por quatro travestis da cidade de Ituiutaba-MG, estabeleceram um diálogo entre a formação docente e as questões de construção dos gêneros dissidentes no espaço escolar. De forma sucinta, destacam a metodologia e as conclusões apresentadas pelo estudo da seguinte forma:

Utilizamos a perspectiva metodológica da pesquisa qualitativa, realizando entrevistas semiestruturadas. As informações foram analisadas fundamentando-se na técnica de Análise de Conteúdo. As análises evidenciam que as relações entre a escola e as experiências da travestilidade estabelecem-se no campo do estranhamento e da tensão, ocasionando a rejeição e a exclusão desses sujeitos, por meio das violências e práticas pedagógicas, associadas às regulações e normatizações de suas condutas (SANTOS; RODRIGUES, 2014, p. 1).

De acordo com esses estudos podemos situar a exclusão, a vulnerabilidade, o preconceito, a discriminação e o desrespeito aos direitos da pessoa humana como as dimensões que, com raras exceções, determinam a presença de pessoas *trans* na escola mesmo antecedendo seu processo de transformação, aspecto relatado por vários dos sujeitos que integraram esses estudos narrando suas vivências no contexto escolar. Esses aspectos se ampliam ao nos determos nas pesquisas acadêmicas concluídas enfocando a temática do universo *trans* e educação.

Universo *trans* e Educação: dissertações e teses

Em nossas buscas por pesquisas acadêmicas concluídas enfocando universo *trans* e Educação encontramos nove investigações entre o período de 2009 a 2014, sendo cinco que investigavam discentes *trans* e quatro, docentes *trans*.

Alessandra Bohm (2009) analisou relatos de travestis relacionados à suas relações com a Educação formal e problematizou questões como inclusão e educação com o intuito de levantar critérios que estabelecessem a convivência de travestis na escola. Sua metodologia abrangeu duas etapas. Na primeira etapa se realizou uma análise quantitativa a partir de entrevistas (semi-estruturadas) com vinte travestis da cidade de Porto Alegre-RS e região. Em um segundo momento, a autora dedicou-se a uma análise qualitativa entrevistando cinco pessoas com relação direta à temática: uma professora de escola pública estadual de Ensino Médio, conhecida pela diversidade de sua clientela de ensino; uma travesti que concluiu o Ensino Médio na mesma escola; uma transexual que é professora de séries iniciais em uma escola pública municipal do RS; uma entrevista com a travesti coordenadora e fundadora do grupo Igualdade; e, para finalizar, uma entrevista informal com a professora que ministrou um projeto de alfabetização de travestis (BOHM, 2009).

A articulação com a perspectiva pós-estruturalista foi a opção teórica adotada; com isso, as análises se encontram imersas nos princípios dos Estudos Culturais, Estudos Feministas e de Gênero, Estudos *Gays* e *Lésbicas* e teoria *queer*. Como resultados, a pesquisa confirmou a travestilidade como uma manifestação do humano que perturba a organização escolar e a heteronormatividade na qual se encontra imersa. Constatou que eram restritos os casos de ingresso, resistência e permanência de travestis na escola em razão do *bullying* que vivenciam cotidianamente mesmo pelo corpo docente e gestores/as que lhes recusam a utilização do nome social e de roupas e adereços femininos, como exemplo. “A escola, tal qual como se organiza e se estrutura hoje, não é para as travestis ou para qualquer outro “monstro” que fuja às normas socialmente estabelecidas.” (BOHM, 2009, p. 83).

Ao contextualizar as relações estabelecidas entre travestilidade, juventude, prostituição, escola e família, Thiago Duque (2009) questionou o motivo pelo qual dificilmente se identifica sobreposição dos referenciais de feminilidade das travestis na

relação com a família e a escola; comparado à forma com esses referenciais são construídos no universo da prostituição. A conclusão do autor remeteu à citação anterior de Bohm (2009) no sentido de explicitar que a imposição de se aderir a uma relação causal e linear produzida pela tríade sexo-gênero-sexualidade é inerente ao universo familiar e escolar. Isto é, mesmo dentro de um processo de aceitação e tolerância de travestis no contexto escolar - como descrito pelos sujeitos de sua pesquisa -, ainda prevalecem processos de recusa de pessoas que transgridam as normas de gênero e das sexualidades. A partir do que foi informado pelas pessoas *trans* investigadas, de acordo com Duque (2009), a ‘pista’, a ‘rua’, o local de prostituição consistem em um espaço de livre reconhecimento de seus gêneros, mesmo que o mercado do sexo não seja interpretado como o melhor lugar para a convivência social. Ele investigou os processos de construção dos corpos de travestis adolescentes da cidade de Campinas-SP buscando compreender suas estratégias de construção da feminilidade em meio às reações de repressão e controle social por contrariarem os princípios da heteronormatividade. Como referencial teórico ancorou-se nos princípios da teoria *queer*. Metodologicamente, a pesquisa etnográfica foi a opção que utilizou realizando observação de campo e entrevista com seis jovens como procedimento para a construção e análise dos dados. As relações estabelecidas por esses sujeitos com o contexto escolar não foi o foco da pesquisa, contudo, o autor não descartou a discussão desse espaço social como integrante do universo de constituição social desses sujeitos.

Apesar de a escola não consistir espaço primeiro de reconhecimento da feminilidade de pessoas *trans*, principalmente em razão da heteronormatividade, Duque (2009) observou que suas entrevistadas relataram relações amistosas e um tanto confortáveis no contexto escolar nas quais eram respeitadas na maioria do tempo. Isso ocorreu, sobretudo, pelo reconhecimento de seus nomes sociais tanto por parte do corpo discente quanto docente. Nos casos de abandono da escola, a exclusão não foi o motivador principal, assim como verificado também por Dayana Santos (2010) ao investigar transexuais do Paraná.

Subsidiada por autores/as que se vinculam às teorias contemporâneas do conhecimento, tais como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Judith Butler, e outros/as, Santos (2010) analisou o processo de escolarização por meio de narrativas de travestis e transexuais. A pesquisa teve como foco a discussão de formas de sexualização e

generificação sociais pautadas na efetivação da heteronormatividade, os gêneros como expressões performáticas e a transexualidade e seus processos de patologização.

O material empírico foi elaborado a partir das narrativas de seis mulheres transexuais e um homem transexual de Curitiba obtidas por meio de entrevista de caráter semiestruturado. Outro método utilizado para a construção dos dados foi por meio de um grupo de discussão com lideranças do Movimento Social de Travestis e Transexuais da Região Sul do Brasil. Analisado à luz do referencial teórico proposto, esse material empírico deu origem ao mapeamento dos sentidos produzidos pelos sujeitos, ou, na perspectiva deleuzeana, um “mapa cartográfico”.

Como alguns dos resultados mais interessantes, tanto nas entrevistas quanto no material produzido a partir do grupo de discussão, a exclusão era um fator recorrente na escola vivenciado pelos sujeitos, contudo, a autora ressaltou que os dados tornaram-se insuficientes para afirmar uma relação causal entre exclusão e abandono da escola. Em parte das narrativas o abandono da escola vinculava-se à questão de recursos financeiros e/ou questões familiares, o que alterou as trajetórias de vida desses sujeitos. Em outros casos, a normalização dos corpos e das vivências como princípios inerentes ao contexto escolar fazia que esse espaço não se constituísse de uma prioridade para os sujeitos *trans* investigados.

Adriana Sales (2012) investigou a inserção e permanência de jovens travestis nas escolas públicas de Cuiabá-MT. A partir das narrativas de quatro travestis obtidas por meio de entrevista semiestruturada que foram analisadas à luz das teorias contemporâneas do conhecimento, a escola foi compreendida como um espaço de correção e vigilância dos princípios heteronormativos definidores socialmente do masculino e do feminino. A travestilidade foi interpretada como “não coerente no sentido comportamental”, portanto, patológica, desviante e passível de hostilidade. Ao mesmo tempo, a autora verificou um processo de resistência por parte **das** discentes no sentido de desencadear ressignificações da transfobia: “[...] essas alunas não querem ausentar-se e, mais que isso, reconhecem nesses espaços e etapas de vida importante e significativo momento para serem reconhecidas, contempladas como humanas e como mais uma variante das possibilidades de existir.” (SALES, 2012, p. 106).

As conclusões de Sales (2012) corroboram com as observações realizadas por Luma Andrade (2012) ao delinear novas formas de visualização de travestis pelo imaginário social. Isto é, identificá-las necessariamente como sujeitos rejeitados pela

família, escola ou sociedade - sujeitas unicamente à prostituição -, não consiste de seu único destino. Fato evidenciado pelo enfrentamento e luta pelo reconhecimento de suas identidades sociais em outras dimensões nas quais a escola passa a ser uma delas.

Estabelecendo diálogos com teóricos/as que integram as teorias contemporâneas do conhecimento, Andrade (2012, p. 248) investigou travestis cearenses no espaço escolar enfocando processos de socialização, resistências e assujeitamentos à ordem normativa. Construiu sua problematização a partir das narrativas de travestis estudantes e que já passaram pela escola e pelas percepções de alunos/as, professores/as e gestores/as que conviveram com os sujeitos no cotidiano escolar. Como metodologia utilizou a análise de fontes bibliográficas, documentais, entrevistas e questionários dimensionados sob uma abordagem etnográfica. Para a autora, “A presença das travestis nas escolas se apresenta como dispositivo relevante para a formação da comunidade escolar na convivência com as singularidades delas, mesmo em meio a profundos conflitos”.

Uma singularidade do trabalho de Andrade (2012) foi que ao construir uma etnografia de travestis na escola, a autora desenvolveu um ir e vir entre sujeitos e pesquisadora em razão da construção de seu corpo *trans* ter sido também influenciada pelas nuances do contexto escolar, o que resultou na sua constituição profissional como docente. Dessa forma, o texto nos permitiu conhecer parte significativa de suas vivências escolares - sempre contextualizadas e comparadas às vivências dos sujeitos investigados -, assim como compreender seu trajeto de construção docente. Portanto, sua tese se encontra na fronteira entre as pesquisas que enfocaram alunas/os *trans* na escola e aquelas que se detêm às professoras *trans*.

Propondo diálogos com os estudos feministas e culturais, Márcio Caetano (2011, p. 24) problematizou os discursos referentes aos gêneros e as sexualidades “[...] que produziram corporalidades e interpelaram os movimentos curriculares de professoras e professores que transitam na ilegibilidade ou na incoerência heteronormativa.” Apresentou como metodologia a construção de “(re)fazer biográficos” que, ancorados em configurações sociais pós-modernas, sugere a ampliação das experiências pessoais, profissionais e a percepção da corporalidade. Essas contextualizações tiveram o intuito de interrogar o que o autor identificou como “projeção de gênero” que pode influenciar na forma como desenvolvemos processos de percepção, articulação e narração diante das redes de sociabilidades a que pertencemos. Cinco docentes da região sul do país

forneceram narrativas para essa investigação, das quais duas eram professoras transexuais. Um sexto sujeito entrou em cena: o próprio pesquisador.

[...] percebo que a ‘masculinidade’ e ‘feminilidade’ têm sido ampliadas e o corpo anatômico é apenas um suporte de invenções estimuladas pela sexualidade. Os novos arranjos proporcionados pelas sexualidades e pelos gêneros improvisam outros arranjos identitários interagindo com os movimentos curriculares e produzindo tensões cotidianas na escola (CAETANO, 2011, p. 11).

Marco Torres (2012) pesquisou a emergência de professoras *trans* correlacionada à ascensão das demandas pelos direitos LGBT na contemporaneidade. Buscou conhecer as impressões das professoras sobre a escola e suas lutas contra a discriminação, motivado pela argumentação de que ocupando a posição de docentes conseguiriam identificar mudanças em andamento na escola bem como em dimensões sociais mais amplas. A metodologia utilizada pautou-se na análise de documentos referentes às políticas de direitos humanos e entrevistas realizadas com sete professoras *trans* brasileiras interpretadas à luz das relações entre “estabelecidos” e “outsiders” teorizadas por Norbert Elias e, ainda, em alguns conceitos elaborados por Judith Butler.

As professoras *trans* têm conseguido firmar-se por diversos modos, entre os quais consideramos as medidas judiciais e alianças com movimentos sociais e organizações LGBT, mas, sobretudo, pelo reconhecimento e autorreconhecimento de poder exercer a função de professora (TORRES, 2012, p. 338).

Marina Reidel (2013) analisou a Educação relacionada a temas como sexualidade, gênero, violência e preconceito, tentando descrever caminhos para uma Educação possível envolvendo todos esses elementos. No que se refere às docentes *trans*, saber qual é o lugar ocupado pela profissão docente nesse processo foi outro foco de sua dissertação, principalmente, quando suas identidades sexuais e de gênero são ressaltadas pelos sujeitos que integram a escola. Como metodologia, foram entrevistadas sete professoras *trans* brasileiras cujo material empírico foi analisado, mormente, sob o olhar das teorias pós-críticas. Um dos aspectos conclusivos destacados refere-se à cobrança subjetiva de que a professora *trans* deve sempre alcançar os maiores índices de produtividade profissional para se firmar como pertencente e reconhecida naquele espaço.

Não basta serem as professoras, terão de ser as melhores e mais inteligentes, demonstrando conhecimento na área de atuação. Terão de garantir que os alunos aprenderam e, ainda mais, terão que ser o elo de ligação entre as direções que não sabem lidar com as situações do

cotidiano da escola, em relação as queixas apresentadas por alunos vítimas de violência e homofobia no espaço escolar (REIDEL, 2013, p. 102-103).

De acordo com os estudos aqui descritos e contextualizados, essa condição de sobrevivência no ambiente escolar imposta a pessoas *trans* antecede a profissão docente e ressalta como adolescentes e jovens estudantes LGBT são levados/as muitas vezes a desenvolverem rendimentos escolares acima da média com o intuito de amenizarem os processos de exclusão e violência pelos quais são amiúde expostos/as no cotidiano escolar expressados nos processos de intimidação, assédio, falta de acolhimento e desqualificações variadas (JUNQUEIRA, 2009b).

Com isso, o cotidiano escolar se configura como um espaço de ajustamentos, mas que, ao mesmo tempo, também possibilita que formas de contestação das normas hegemônicas de gênero e sexualidade venham à tona, confirmando que o existir humano se elabora de formas variadas denunciando a instabilidade e a fragilidade das normativas biológicas e culturais historicamente consagradas de verdades e limites de sobrevivência no social.

Considerações

As publicações encontradas enfocando o universo *trans* e suas nuances no campo educacional elucidam a emergência desse campo investigativo nas mais variadas vertentes, envolvendo tanto o universo discente quanto docente. Identificamos as regiões Centro-Oeste e Nordeste como locais menos explorados dessa vertente investigativa; Na região Norte não foram encontradas pesquisas com a temática em pauta.

A construção de conhecimento científico sobre universo *trans* e educação ancora-se fortemente nas teorias contemporâneas do conhecimento, em especial, à vertente pós-crítica. A escuta de sujeitos *trans* sobre suas histórias de vida familiares, escolares e profissionais tem sido o norteador dessa construção de conhecimento pautada numa abordagem qualitativa. É um campo investigativo também trilhado por docentes *trans*, das quais destacamos Sales (2012), Reidel (2013) e Andrade (2013).

Esses trabalhos elucidam, ainda, uma carência de investigações sobre o universo da transexualidade masculina no contexto educacional. Em razão de certa proximidade

com o universo lésbico - que poderia ser considerado um rito de passagem para a transexualidade masculina - estariam esses sujeitos confinados ao campo da invisibilidade assim como o universo lésbico ao longo da história?

Outro campo de investigação aberto são os processos de construção docente de professores/as *trans* brasileiros/as. Apesar de esses sujeitos integrarem contextos educativos já há algumas décadas, registros mais precisos de sua visibilidade foram identificados em 2010, com a articulação da Rede *Trans* de Professoras. (TORRES, 2012, REIDEL, 2013). Com isso, destacamos uma amplitude de espaços e vivências escolares que confrontam os padrões heteronormativos de constituição dos sujeitos sociais e possibilitam a emergente discussão da diferença.

Referências:

ANDRADE, Luma N. **Travestis na escola:** assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 279f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2012.

BENEDETTI, M. **Toda Feita:** o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.

BENTO, Berenice. Alves de Melo. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008. 181 p. (Coleção Primeiros Passos).

BOHM, Alessandra M. **Os “monstros” e a escola:** identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009.

BRASIL. Orientação sexual. In: _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. v. 10, p. 107-161. CAETANO, Márcio R. V. **Gênero e sexualidade:** um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares. 2011. 232f. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense: 2011.

CAVALCANTI, Manuella P. H. Gênero, educação & diversidade: sociabilidade das travestis nos ambientes educacionais na cidade de Maceió/AL. **XI Congresso Luso Afo Brasileiro de Ciências Sociais.** 2011, Salvador. Disponível em <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308232879_ARQUIVO_ArtigoCONLAB.pdf>. Acesso em 04 jul. 2012.

CÉSAR. Maria Rita de Assis. Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. In: XAVIER FILHA, C. (Org.). **Educação para a sexualidade, para a**

equidade de gênero e para a diversidade sexual. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

CRUZ, Elizabete F. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 73-90, jan./jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100007&lng=pt&nrm=i&tlng=pt>. Acesso em 10 mar. 2015.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens: vergonha, desejo e estigma na construção das travestilidades na adolescência.** 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos: 2009.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & sociedade**. Campinas, SP, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em 14 out. 2014.

HENRIQUES, Ricardo; BRANDT, Maria Elisa A.; JUNQUEIRA, Rogério Diniz; CHAMUSCA, Adelaide. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos.** Brasília: Secad/MEC, 2007.

JUNCKES, Ivan J.; SILVA, Joseli M. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil. **Revista de Didáticas Específicas**, Madrid, n. 1, p. 148-166, dez. 2009. Disponível em <<http://www.didaticasespecificas.com/files/download/1/revistas/publicacion1.pdf#page=149>>. Acesso em 10 mar. 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo. In: _____. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009a. p. 367-444.

_____. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: _____. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009b. p. 13-52.

_____. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola com lugar de direitos. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. (Org.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio.** Brasília, Ed. UnB, 2009c. p. 161-193.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira.** 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2013.

SALES, Adriana **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. 2012. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis: 2012.

SANTOS, Dayana B. C. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**. 2010. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná: 2010.

SANTOS, Sandro P.; RODRIGUES, Fernanda F. S. Cenas Escolares Vivenciadas por Travestis: desafios à formação docente. XII Encontro de Pesquisa em Educação Centro Oeste. 2014, Goiânia. Anais... Rio de Janeiro: Aned, 2014. CD ROM.

TORRES, Marco Antônio. **A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas**. 2012. 362f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2012.

